



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664920

## A Expansão da Infraestrutura Portuária e seus Efeitos sobre a Comunidade Centenário (Itacoatiara - AM)

Adria Prado Barbosa Montenegro<sup>1</sup>

Vinicius Souza da Silva<sup>2</sup>

Lucileia Ferreira de Araújo<sup>3</sup>

### Resumo

A expansão portuária na Amazônia subordina territórios de vida à lógica da acumulação capitalista. Este estudo analisa os conflitos enfrentados pela Comunidade Centenário, em Itacoatiara (AM), frente à modernização logística local. A metodologia englobou revisão bibliográfica em Geografia Agrária e trabalho de campo com observação e entrevistas com moradores. Os resultados evidenciam a emergência dos "conflitos das águas", caracterizados pela erosão fluvial acelerada pelo tráfego de grandes navios, especulação imobiliária e severos prejuízos à pesca, base da subsistência ribeirinha. Discute-se o choque entre a racionalidade logística e a permanência comunitária, concluindo que a Questão Agrária amazônica transcende a terra, englobando as águas e exigindo constante resistência coletiva contra a desterritorialização.

**Palavras chave:** Conflitos Territoriais; Expansão Portuária; Comunidade Centenário; Questão Agrária Amazônica.

### The Expansion of Port Infrastructure and Its Effects on the Centenário Community (Itacoatiara, Amazonas)

### Abstract

Port expansion in the Amazon subordinates lived territories to the logic of capitalist accumulation. This study analyzes the conflicts faced by the Centenário Community, in Itacoatiara (AM), in the face of local logistical modernization. The methodology encompassed a literature review in Agrarian Geography and fieldwork involving observation and interviews with residents. The results highlight the emergence of "water conflicts," characterized by fluvial erosion accelerated by large ship traffic, real estate speculation, and severe damage to fishing, the foundation of riverine subsistence. The paper discusses the clash between logistical rationality and community permanence, concluding that the Amazonian Agrarian Question transcends land, encompassing the waters and demanding constant collective resistance against deterritorialization.

**Keywords:** Territorial Conflicts; Port Expansion; Centenário Community; Amazonian Agrarian Question.

<sup>1</sup> Discente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: [apbm.mge25@uea.edu.br](mailto:apbm.mge25@uea.edu.br)

<sup>2</sup> Discente do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: [vsds.geo23@uea.edu.br](mailto:vsds.geo23@uea.edu.br)

<sup>3</sup> Discente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: [lfda.mge25@uea.edu.br](mailto:lfda.mge25@uea.edu.br)

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664920

## Introdução

A região Amazônica tem passado por profundas transformações territoriais associadas à expansão de grandes projetos de infraestrutura, redes logísticas e circuitos de circulação de mercadorias. Tais processos se articulam a uma lógica de integração física do território latino-americano, marcada pela construção de hidrovias, rodovias, portos e corredores voltados à circulação de commodities, frequentemente sustentada por uma concepção que trata determinadas áreas como espaços disponíveis à expansão econômica (Porto-Gonçalves; Quental, 2012). Na Amazônia, essa dinâmica assume a forma de uma ofensiva espoliadora sobre os territórios de vida, na qual a terra, as águas, a floresta e os bens comuns passam a ser subordinados à lógica da acumulação capitalista (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021).

No estado do Amazonas, o município de Itacoatiara destaca-se como importante ponto de articulação logística, sobretudo em razão de sua localização geográfica estratégica às margens do rio Amazonas e de sua conexão com a rodovia AM-010, eixo que articula Manaus a Itacoatiara e vem passando por um processo recente de modernização territorial. De acordo com Oliveira Neto, Jesus e Silva (2025), as dinâmicas produtivas presentes na Amazônia Ocidental têm demandado maior fluidez territorial para a circulação de mercadorias, especialmente bens industriais, grãos e gás natural liquefeito, o que tem impulsionado intervenções estatais e privadas no eixo Manaus–Itacoatiara. Nesse contexto, a AM-010 passa a compor um corredor regional de circulação voltado à integração de novas infraestruturas de transporte, portos e sistemas logísticos, articulando Itacoatiara às dinâmicas produtivas regionais, nacionais e globais.

Ainda assim, essa modernização territorial ocorre de forma desigual e permeada por conflitos, uma vez que a implantação e a ampliação das infraestruturas logísticas provocam disputas sobre os usos do território. No eixo Manaus–Itacoatiara, a modernização da AM-010 e a instalação de novos sistemas de transporte e transbordo de cargas expressam uma modernização hegemônica e seletiva, orientada pela necessidade de ampliar a fluidez territorial para a circulação de mercadorias, grãos, combustíveis e cargas industriais (Oliveira Neto; Jesus; Silva, 2025). Contudo, esse processo não se realiza sobre espaços vazios, mas sobre territórios/territorialidades já apropriados e vividos pelos povos e comunidades amazônicas que estabelecem relações históricas de moradia, trabalho, subsistência, e pertencimento simbólico-identitária com as terras, as águas e as florestas. Nesse sentido, os projetos de infraestrutura podem intensificar conflitos territoriais ao subordinar os usos comunitários do território à lógica da circulação econômica e da valorização do capital, contribuindo para mudanças significativas nas dinâmicas locais (Porto-Gonçalves; Quental, 2012; Haesbaert, 2011). Nesse cenário, situa-se a Comunidade Centenário, localizada em Itacoatiara, às margens do rio Amazonas, em uma área submetida a pressões decorrentes da expansão portuária.

Diante desse contexto, este artigo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: de que modo a expansão da infraestrutura portuária em Itacoatiara produz conflitos territoriais e afeta as condições de permanência da Comunidade Centenário?

Parte-se da hipótese de que a expansão portuária intensifica os conflitos territoriais na Comunidade Centenário, ao limitar usos tradicionais do território, pressionar famílias a deixarem suas moradias e alterar as condições de reprodução social. Embora esses

**ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1664920**

empreendimentos sejam justificados pelo discurso da modernização e do desenvolvimento logístico, seus efeitos sobre a comunidade revelam processos de desterritorialização, precarização e resistência.

Assim, o objetivo deste estudo é analisar os conflitos territoriais enfrentados pela Comunidade Centenário diante da expansão portuária em Itacoatiara, evidenciando como esse processo interfere nas formas de permanência, nos usos do território e nas condições de reprodução social dos moradores.

## Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida nas seguintes etapas: inicialmente, realizou-se levantamento bibliográfico sobre a Geografia Agrária da Amazônia, conflitos e processos de modernização territorial, com base nos estudos das dinâmicas e transformações agrárias diante da territorialização das redes agrologísticas e agrohidroportuárias no estado do Amazonas, especificamente no município de Itacoatiara-AM. Em seguida, foi conduzido o trabalho de campo exploratório, com observação direta, percursos ao longo da rodovia AM-010 e pela comunidade às margens do rio Amazonas e entrevistas não estruturadas com comunitários, lideranças locais vinculadas aos processos de (re)existência, incluindo agentes associados à Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os diálogos ocorreram em rodas de conversa, registros fotográficos e de áudio. Diante disso, as informações sistematizadas e interpretadas ao contexto da Geografia agrária, compreendendo os processos de modernização conservadora, atuação do Estado e territorialização do capital compreendendo os conflitos agrários/territoriais como expressão da dialética da propriedade privada da terra e o território coletivo/comunitário.

## Questão Agrária, território e conflitualidade

A compreensão dos conflitos vivenciados pela Comunidade Centenário exige o diálogo com o debate da Questão Agrária e da produção contraditória do território. Na Geografia Agrária, a Questão Agrária não se limita ao problema fundiário em sentido restrito, mas envolve as disputas produzidas pela expansão do capital sobre territórios ocupados por diferentes sujeitos sociais.

Para Fernandes (2005), os conflitos territoriais não devem ser compreendidos como eventos pontuais ou isolados, mas como parte do movimento permanente da conflitualidade. Essa conflitualidade é produzida pelas desigualdades e contradições do capitalismo e se manifesta em diferentes escalas, temporalidades e dimensões da vida social. Desse modo, o conflito não é externo ao desenvolvimento, mas ocorre em seu interior, expressando disputas entre diferentes formas de apropriação, uso e controle do território.

O avanço das relações de produção capitalistas na Amazônia pode ser compreendido a partir da territorialização do capital. Nesse processo, os empreendimentos portuários não apenas reorganizam os fluxos de mercadorias, mas também exercem pressão sobre o território vivido pela comunidade, afetando a moradia, a pesca, a circulação fluvial, o acesso às águas, as margens do rio e a segurança quanto à

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664920

permanência no lugar. Essa interpretação aproxima-se de Fernandes (2004), ao considerar que a conflitualidade produz, ao mesmo tempo, processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização de diferentes relações sociais. Essa leitura articula-se ainda às contribuições de Haesbaert (2011), para quem a desterritorialização não significa o desaparecimento do território, mas um processo contraditório de enfraquecimento, perda de controle e reconstrução das relações territoriais. Assim, a pressão portuária sobre a Comunidade Centenário expressa a disputa entre o uso empresarial do território e as territorialidades comunitárias historicamente construídas nas relações com a terra, o rio, a pesca e a vida cotidiana.

O conceito de território é central para esta análise, pois permite compreender as disputas entre diferentes formas de apropriação, uso e controle do espaço. Para Haesbaert (2011), o território deve ser compreendido em uma perspectiva integradora, articulando dimensões políticas, econômicas e simbólico-culturais. Desse modo, o território não se reduz a uma área delimitada, mas envolve relações de poder, apropriações materiais e simbólicas e vínculos construídos pelos grupos sociais com o espaço vivido. A partir de Santos (2006), compreende-se ainda que o espaço geográfico é formado pela articulação inseparável, solidária e contraditória entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Essa formulação permite compreender que os portos, balsas, empurradores, silos e estruturas logísticas não são apenas objetos técnicos isolados. Eles integram sistemas de ações orientados por agentes econômicos, políticos e empresariais que produzem novas formas de uso e controle do território.

Oliveira (2007) expõe as condições contraditórias, heterogêneas e desigual do sistema capitalista, em que as mesmas frações dos territórios não se apresentam na homogeneidade, em que a construção do território se resulta em valorização, produção e reprodução. Logo, o território é concebido como um produto da luta de classes, resultado desse constante conflito entre os distintos grupos e classes sociais, no processo de produção da própria existência da sociedade (Oliveira, 2001). Portanto, essa constante dinamicidade conflituosa, evidência o controle de frações dos territórios, diferentes formas de apropriações do espaço e de poder. Os povos e comunidades amazônicas se tornam integrantes desse sistema hegemônico de produção, que se recriam na dialética da propriedade privada da terra.

Fernandes (2013), ao discutir os “territórios do território”, retoma a concepção de Santos (1996) para afirmar que o espaço é constituído por sistemas de objetos e sistemas de ações de modo indissociável, solidário e contraditório. Para o autor, essa indissociabilidade expressa conflitualidades produzidas por diferentes intencionalidades, uma vez que os sujeitos sociais, ao agirem sobre o espaço, produzem e disputam territórios. Desse modo, o território não é neutro: ele é produzido por relações sociais, interesses econômicos, práticas políticas e formas de resistência. A Comunidade Centenário, portanto, deve ser compreendida como um território em disputa, atravessado por diferentes projetos de uso e apropriação: de um lado, a lógica portuária e logística, orientada pela circulação de mercadorias; de outro, a permanência comunitária e ribeirinha, vinculada à moradia, à pesca, às águas, às margens do rio e às relações cotidianas de reprodução da vida.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664920

No contexto amazônico, essa disputa assume características específicas, pois os territórios comunitários não podem ser compreendidos apenas pela dimensão fundiária. Conceição (2023), ao trabalhar com a noção de Territórios AgriHidroFlorestais, evidencia que terra, água e floresta constituem dimensões indissociáveis dos modos de vida dos povos amazônicos. Essa perspectiva contribui para a análise da Comunidade Centenário, uma vez que os relatos dos moradores indicam que a ameaça ao território envolve não apenas a moradia, mas também a pesca, as margens do rio, a circulação por embarcações e o acesso aos recursos naturais.

Essa interpretação também se aproxima de Cruz (2007), ao evidenciar que as territorialidades ribeirinhas se formam na relação entre terra, água e floresta. Assim, a pesca não deve ser vista apenas como atividade econômica, pois integra as condições de reprodução social e cultural das famílias. Na Comunidade Centenário, os relatos dos moradores mostram que o pescado sustenta a alimentação e a vida comunitária, sendo diretamente afetado pelo aumento da circulação portuária.

Por fim, a discussão proposta por Fernandes (2004) sobre o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) contribui para interpretar as distintas formas de compreender a expansão portuária em Itacoatiara. O PCA tende a enfatizar a modernização, a competitividade, a infraestrutura e a inserção no mercado como caminhos de integração ao desenvolvimento capitalista. Já o PQA evidencia as contradições estruturais, os conflitos sociais, as desigualdades e as resistências geradas por esse mesmo processo. Para Fernandes (2004), esses paradigmas expressam leituras teóricas, políticas e ideológicas distintas sobre o desenvolvimento da agricultura no capitalismo, produzindo disputas em torno do uso, da apropriação e do controle do território. Nessa perspectiva, a expansão portuária sobre a Comunidade Centenário não deve ser entendida apenas como modernização logística, mas como um processo contraditório que territorializa agentes empresariais e, ao mesmo tempo, ameaça as territorialidades comunitárias e ribeirinhas.

## A modernização e a integração logística regional

A Amazônia brasileira vem passando por um processo de modernização territorial conservadora, caracterizado pela implementação de políticas públicas e intervenções privadas que transformam frações do território para atender à expansão de redes de infraestrutura voltadas à circulação de capital e mercadorias, privatizando a natureza e os territórios dos povos amazônicos em múltiplas escalas. Nesse contexto, Oliveira Neto, Jesus e Silva (2025, p. 25) destacam que “as transformações produtivas demandam por um território cada vez mais equipado com sistemas de engenharia capazes de permitir uma ampla fluidez das mercadorias entre os diferentes lugares”.

No Estado do Amazonas, destaca-se, a modernização da rodovia AM-010, que deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de modernização territorial, voltado à adequação das infraestruturas regionais aos novos fluxos produtivos e logísticos. O Governo do Estado, iniciou um amplo processo de reconstrução e modernização da rodovia no ano de 2021, a reforma e modernização da AM-010 recebeu aportes superiores a R\$ 366 milhões, com frentes de obras em Manaus, Rio Preto da Eva

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664920

e Itacoatiara, sendo apresentada como a maior intervenção realizada na rodovia estadual em quarenta anos, com obras em 250,4 quilômetros (Amazonas, 2022, p. 147). Nesse sentido, a rodovia aparece não apenas como obra viária, mas também como elemento discursivo de legitimação da ação estatal no território, sendo uma intervenção estratégica que contribui de forma desigual e contraditória para a territorialização das relações capitalistas associadas a novos empreendimentos energéticos e portuários na região.

A expansão portuária em Itacoatiara está inserida em um processo mais amplo de reestruturação territorial vinculado à modernização logística do eixo Manaus–Itacoatiara. O município, localizado às margens do rio Amazonas e articulado à rodovia AM-010, vem assumindo papel estratégico na circulação de mercadorias na Amazônia. A presença de portos, balsas, terminais, estruturas de transbordo, silos e áreas de armazenamento evidencia a crescente importância logística de Itacoatiara, cuja dinâmica territorial passa a ser orientada, de modo cada vez mais intenso, pela circulação de cargas, combustíveis, grãos e produtos industriais.

Conforme Oliveira Neto, Jesus e Silva (2025), os percursos Manaus–Itacoatiara e Itacoatiara–Silves/Itapiranga concentram importantes sistemas de engenharia, entre eles o porto da Hermasa, o porto da Equador, o porto flutuante da empresa Bertolini, estruturas associadas à exploração de gás e o novo porto de movimentação de cargas do Grupo Simões no distrito de Novo Remanso. Esses sistemas revelam que a modernização territorial envolve a articulação entre diferentes mercados de exploração predatória como atividades energéticas e exploração de petróleo, além do controle do território pelas cargas agrologísticas, o que produz a devastação da natureza e impactos socioambientais nos territórios dos povos amazônicos e biomas.

Nesse contexto, os portos de Itacoatiara não podem ser compreendidos como infraestruturas isoladas. Eles integram sistemas rodoviários e hidroviários que dependem da navegação fluvial de barcas e navios, ao mesmo tempo em que se conectam aos fluxos rodoviários provenientes da BR-174 e da AM-010.

A territorialização das relações capitalistas mundializadas se expressa na instalação e ampliação de empresas portuárias, a movimentação de combustíveis, grãos e cargas industriais e a presença de empreendimentos como a Hermasa/Amaggi, os terminais de combustíveis, o porto graneleiro de Novo Remanso e os investimentos associados à Super Terminais apontam para a consolidação do município como centro logístico regional. Todos esses movimentos intensificaram a especulação imobiliária e fundiária na margem do Rio Amazonas, gerando tensões entre empresas, intermediários de terras e moradores de ocupação histórica no local (Frota et al., 2025). Essa criação de monopólios envolvendo empresas privadas do agronegócio, contribui para o fortalecimento com mercados globalizados, controlando o território e espacializando mercadorias, ou seja, monopolizando o território.

Dessa forma, rodovias, portos, balsas, empurradores, silos e terminais configuram uma rede técnica e econômica que reorganiza os usos do território em Itacoatiara. Essa reestruturação não ocorre de forma neutra, pois favorece determinados agentes empresariais e logísticos, ao mesmo tempo em que produz pressões sobre áreas ocupadas por comunidades ribeirinhas. É nesse contexto que se insere a Comunidade

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664920

Centenário, situada às margens do rio Amazonas e próxima às redes agro logísticas e agrohidroportuário.

## Tensionamentos e conflitos agrários/territoriais na comunidade Centenário

A Comunidade Centenário está localizada à margem esquerda do rio Amazonas, no município de Itacoatiara, constituindo um território marcado por relações históricas entre seus moradores e os ambientes fluviais. A Figura 1 permite observar a localização da Comunidade Centenário e sua proximidade com empreendimentos portuários. A representação cartográfica evidencia a posição da comunidade em relação ao curso do rio, à malha rodoviária e aos sistemas logísticos instalados no entorno. Essa proximidade ajuda a compreender por que as transformações portuárias em Itacoatiara repercutem diretamente sobre o território vivido pela comunidade, sobretudo no que se refere à circulação fluvial, ao uso das margens, à permanência das famílias e às pressões exercidas por agentes empresariais.

**Figura 1**– Localização da Comunidade Centenário e dos empreendimentos portuários em Itacoatiara (AM).



Elaboração: Alan Kristian Nunes Machado. Organização: A.P. B Montenegro, 2026.

A proximidade com o rio condiciona formas específicas de uso do espaço, associadas à pesca, à navegação, à circulação cotidiana e às estratégias de reprodução social das famílias residentes. Nesse sentido, a Comunidade Centenário não pode ser compreendida apenas como espaço de moradia, mas como território de vida, trabalho e pertencimento. A relação com o rio Amazonas organiza práticas cotidianas e sustenta vínculos materiais e simbólicos que estruturam a permanência comunitária.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664920

A Figura 2 apresenta uma vista geral da Comunidade Centenário, permitindo observar sua inserção no ambiente ribeirinho e a relação entre moradias, vegetação, águas e circulação fluvial. A imagem evidencia que o território comunitário é constituído pela articulação entre espaço de moradia, rio, margens e práticas cotidianas, elementos fundamentais para compreender os conflitos territoriais analisados nesta seção.

**Figura 2** – Vista geral da Comunidade Centenário



Fonte: Acervo da pesquisa de campo (2026).

As observações realizadas durante o trabalho de campo e os registros orais<sup>4</sup> produzidos junto aos moradores evidenciam que a permanência no território está diretamente associada às relações historicamente construídas com o rio. As famílias desenvolveram formas específicas de ocupação e uso do espaço, organizando suas atividades produtivas e sua vida cotidiana em estreita relação com os recursos naturais disponíveis. Mais do que suporte físico, o território representa espaço de memória, identidade e construção de vínculos comunitários.

## A Comunidade Centenário e a construção do território

A constituição da Comunidade Centenário está relacionada à ocupação histórica das margens do rio Amazonas por famílias que encontraram na pesca, na navegação e nas atividades associadas ao ambiente fluvial os meios necessários para sua reprodução social. Conforme o diagnóstico socioambiental, embora não seja possível estabelecer com precisão quando a ocupação teve início, os relatos apontam para uma presença antiga e contínua de famílias na área, o que reforça sua identidade ribeirinha e seu vínculo histórico com o rio Amazonas (Frota et al., 2025).

Essa permanência também aparece nos registros orais produzidos durante o trabalho de campo. Em uma das falas registradas, destaca-se que muitos moradores nasceram, foram criados e construíram sua vida na própria comunidade, revelando que o

<sup>4</sup> Os registros orais mencionados nesta pesquisa correspondem às falas coletivas de moradores e sujeitos envolvidos com a Comunidade Centenário, registradas em áudio durante a atividade de campo realizada no mês de junho de 2026. Não se tratam de entrevistas formais, mas de relatos produzidos em contexto de diálogo coletivo com a turma participante da atividade.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664920

território não é percebido apenas como local de residência, mas como espaço de enraizamento, memória e continuidade familiar. A indagação sobre o que essas famílias fariam na cidade, caso fossem retiradas do território, evidencia a dimensão social da permanência, pois suas formas de trabalho, alimentação e convivência estão diretamente vinculadas ao rio, à pesca e às relações comunitárias.

A relação com o rio assume papel central na construção do território da Comunidade Centenário. Nesse sentido, Cruz (2007, p. 8) afirma que ser ribeirinho “é muito mais que uma posição geográfica morar às margens do rio”, pois envolve modos de vida, trabalho e pertencimento construídos em estreita relação com as águas. O autor reforça essa compreensão ao destacar que “rio e camponês-ribeirinho são partes de um todo” (Cruz, 2007, p. 8), evidenciando que a água não é apenas elemento físico da paisagem, mas dimensão constitutiva da vida e da reprodução social dos sujeitos ribeirinhos.

Os registros orais indicam que o pescado é a principal base alimentar dos moradores, enquanto a agricultura ocorre periodicamente, conforme o ritmo das águas. Desse modo, a pesca não se reduz a uma atividade econômica, mas integra a alimentação, o trabalho, a circulação e a permanência comunitária.

Na Comunidade Centenário, essas práticas revelam a articulação entre terra, água e floresta na organização da vida ribeirinha. Essa compreensão aproxima-se de Cruz (2007) sobre os camponeses-ribeirinhos da várzea amazônica e suas territorialidades agropastoris, aquáticas e florestais. Para o autor, essas territorialidades expressam diferentes formas de uso da terra, da água e da floresta, criadas e recriadas pelo campesinato amazônico em sua relação com a natureza e com o trabalho. Na Comunidade Centenário, essa articulação se manifesta nas práticas de pesca, no uso das margens, na circulação fluvial, nas pequenas criações, nos cultivos possíveis e na dependência dos recursos naturais para a reprodução cotidiana das famílias.

A partir das contribuições de Conceição (2023), essa realidade também pode ser compreendida no âmbito dos Territórios AgriHidroFlorestais Amazônicos, nos quais terras, águas e florestas constituem dimensões fundamentais da vida, do trabalho e da reprodução social dos povos amazônicos. No caso da Comunidade Centenário, a permanência territorial não depende apenas da terra onde se localizam as moradias, mas também das águas utilizadas para a pesca, dos caminhos de circulação fluvial, das margens do rio e dos recursos naturais indispensáveis à reprodução cotidiana das famílias.

Assim, os conflitos vivenciados pela Comunidade Centenário não se limitam à posse da terra. Eles envolvem a totalidade do território vivido: moradias, águas, caminhos, áreas de pesca, relações comunitárias, memória e formas cotidianas de reprodução da vida. A construção do território, nesse sentido, é também uma construção de pertencimento e resistência diante das pressões associadas à expansão portuária e à reestruturação logística de Itacoatiara.

## A expansão portuária como vetor de conflitualidade territorial

A expansão dos empreendimentos portuários em Itacoatiara constitui um dos principais fatores de transformação territorial observados na Comunidade Centenário. Os

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664920

registros orais coletivos produzidos durante o trabalho de campo revelam preocupações relacionadas à crescente presença de estruturas logísticas no entorno da comunidade e aos efeitos produzidos por essa expansão sobre os modos de vida locais. Nesse contexto, a presença de portos, balsas, empurradores, guindastes e estruturas de transbordo expressa a inserção do território ribeirinho em uma lógica econômica voltada à circulação de mercadorias, grãos, combustíveis e cargas industriais.

A Figura 3 mostra uma estrutura portuária próxima à Comunidade Centenário, com balsas, guindastes e equipamentos de transbordo. A imagem evidencia a proximidade entre o território comunitário e os sistemas logísticos, materializando a disputa entre os usos comunitários do rio e a lógica empresarial voltada à circulação de cargas.

**Figura 3** – Estrutura portuária localizada nas proximidades da comunidade.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo (2026).

Os registros de campo indicam que a estrutura portuária está ligada ao transporte de soja por balsas e navios. Moradores relatam que a carga é retirada por equipamentos mecânicos e transferida para navios de grande porte. Também mencionam a presença de empurradores e rebocadores diante da comunidade, associando essa dinâmica ao avanço da erosão nas margens do rio.

Os relatos também apontam que a valorização da área tem aumentado as pressões sobre os moradores. São mencionadas tentativas de compra de imóveis, ofertas reduzidas para a saída de famílias e preocupações com a ampliação dos portos. Esses elementos mostram que a disputa territorial envolve diferentes formas de uso e apropriação do espaço.

Nesse sentido, a expansão portuária em Itacoatiara expressa a coexistência de territorialidades distintas: de um lado, a lógica empresarial voltada à circulação de mercadorias; de outro, os usos construídos historicamente pelos moradores da Comunidade Centenário. Como afirma Fernandes (2005, p. 2), “conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente”. Assim, o conflito vivenciado pela comunidade não deve ser compreendido como fato pontual, mas como parte das

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664920

contradições produzidas pela modernização logística e pela expansão do capital sobre territórios tradicionalmente ocupados.

A partir dessa leitura, a expansão portuária pode ser compreendida como expressão concreta da conflitualidade territorial já discutida anteriormente. No caso da Comunidade Centenário, a territorialização de agentes empresariais e logísticos ocorre simultaneamente à fragilização das territorialidades comunitárias, produzindo pressões sobre a moradia, a pesca, a circulação fluvial e o uso das margens do rio.

Dessa forma, a Comunidade Centenário torna-se um espaço onde se materializam as contradições entre a modernização logística e a permanência ribeirinha. Enquanto os empreendimentos portuários ampliam a capacidade de circulação de cargas em escala regional e internacional, os moradores enfrentam alterações nas condições de uso do rio, insegurança quanto à permanência no território e ameaças às práticas cotidianas que sustentam sua reprodução social.

## Conflitos das águas e transformações territoriais

Uma das categorias que emerge com maior força dos registros orais coletivos produzidos durante o trabalho de campo refere-se aos conflitos das águas. Diferentemente dos conflitos agrários tradicionalmente associados à disputa pela terra, as tensões vivenciadas pela Comunidade Centenário envolvem diretamente o uso das águas, a pesca, a circulação fluvial, o acesso às margens e os ambientes necessários à reprodução social das famílias. Em uma das falas registradas, o conflito vivido pela comunidade é caracterizado justamente como um “conflito das águas<sup>5</sup>”, associado ao avanço dos portos, à dragagem, ao fluxo de navios e às ameaças sobre territórios ribeirinhos já ocupados historicamente.

Os moradores relatam que o aumento da circulação de embarcações de grande porte tem alterado de forma significativa as dinâmicas locais. Eles associam a intensificação do banzeiro e o avanço da erosão das margens à presença e à permanência dessas embarcações nas proximidades da comunidade. Em um dos relatos, os moradores relacionam empurradores e embarcações atracadas à aceleração da erosão, destacando que o banzeiro<sup>6</sup> prejudica diretamente as áreas de moradia e circulação, além de dificultar o acesso ao igarapé utilizado para a pesca.

Essas transformações afetam diretamente a pesca, essencial à alimentação e à reprodução social da Comunidade Centenário. Segundo os moradores, a movimentação portuária dificulta o acesso às áreas de pesca, contribui para o afastamento dos peixes e aumenta o esforço necessário para garantir o alimento das famílias.

<sup>5</sup> A expressão “conflitos das águas” surgiu durante a roda de conversa realizada com moradores da Comunidade Centenário e representantes da Comissão Pastoral da Terra, sendo posteriormente adotada neste artigo como categoria de interpretação das disputas que envolvem as águas, as margens, a pesca e a circulação fluvial.

<sup>6</sup> Banzeiro é um termo regional utilizado na Amazônia para se referir às ondas fortes formadas nos rios, praias fluviais e margens, podendo ser provocadas pela pororoca, pela ação dos ventos, pela correnteza ou pelo deslocamento de embarcações. No contexto da Comunidade Centenário, o termo é empregado pelos moradores para indicar as ondas geradas ou intensificadas pela circulação de embarcações de grande porte, que atingem as margens e contribuem para processos de erosão e dificuldade de circulação.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664920

Essa situação aproxima-se das reflexões de Cruz (2007), ao demonstrar que, na várzea amazônica, as águas não constituem apenas elementos naturais da paisagem, mas territorialidades fundamentais para os camponeses-ribeirinhos. O autor analisa o uso do ambiente, dos lagos, dos canais laterais e dos paranás como espaços de acesso, uso comum e territorialidades de pesca, evidenciando que mudanças no controle ou no acesso às águas repercutem diretamente sobre os modos de vida ribeirinhos.

Com base na análise de Conceição (2023), compreende-se que esses conflitos não podem ser reduzidos à dimensão fundiária. A autora destaca que os conflitos territoriais nesses contextos expressam não apenas disputas pela posse ou propriedade da terra, mas também pelo direito ao território comunitário e às formas históricas de convivência com a natureza.

Desse modo, os conflitos das águas vivenciados pela Comunidade Centenário revelam que a expansão portuária afeta a totalidade do território vivido. Ao alterar a circulação fluvial, intensificar o banzeiro, contribuir para a erosão das margens e restringir áreas de pesca, os empreendimentos logísticos interferem nas condições materiais de permanência das famílias. Assim, a disputa territorial não se manifesta apenas na ameaça à moradia, mas também no controle das águas, dos caminhos, das margens e dos recursos naturais que sustentam a vida comunitária.

## Resistência e organização comunitária

Apesar das pressões territoriais decorrentes da expansão portuária e das condições de precariedade socioespacial observadas na Comunidade Centenário, os moradores não se apresentam como sujeitos passivos diante das transformações em curso. Ao contrário, os registros orais coletivos produzidos durante o trabalho de campo evidenciam diferentes formas de resistência comunitária, articuladas à defesa da permanência no território, à organização interna e à busca pelo reconhecimento de direitos.

A permanência territorial constitui uma das principais dimensões dessa resistência. Nas narrativas registradas em campo, os moradores reafirmam que suas trajetórias de vida estão diretamente vinculadas ao território, ao rio e às práticas cotidianas construídas historicamente naquele espaço. Nesse sentido, sair da comunidade não significa apenas deslocar-se fisicamente para outro lugar, mas romper com relações sociais, produtivas, afetivas e territoriais que estruturam a vida comunitária. Essa compreensão aparece quando os moradores questionam as possibilidades de vida fora da comunidade, uma vez que muitos nasceram, foram criados e organizaram suas formas de trabalho e convivência às margens do rio Amazonas.

A resistência também se expressa na recusa às tentativas de fragmentação da comunidade. Os registros orais indicam que a expansão dos empreendimentos portuários ocorre acompanhada de estratégias de aproximação individualizada com moradores, incluindo propostas de compra de casas e terrenos. Tais práticas podem produzir divisões internas, enfraquecendo a organização coletiva e facilitando a apropriação do território por agentes externos. Diante disso, a defesa da permanência passa pela necessidade de

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664920

fortalecer a unidade comunitária e impedir que a saída individual de algumas famílias comprometa a continuidade do território coletivo.

Nesse processo, as lideranças locais assumem papel fundamental. Os registros de campo indicam que reuniões, conversas e articulações são realizadas em espaços de referência dentro da própria comunidade, especialmente na residência de uma liderança comunitária, apontada como lugar de encontro, diálogo e organização. Esse espaço funciona como ponto de articulação entre moradores, instituições de apoio, universidades, Defensoria Pública e demais sujeitos envolvidos na defesa da permanência comunitária.

A resistência territorial da Comunidade Centenário também se articula a redes externas de apoio. Durante o trabalho de campo, foram mencionadas ações desenvolvidas com a Comissão Pastoral da Terra, universidades, Ministério Público e Defensoria Pública. Essas articulações contribuem para dar visibilidade aos conflitos vivenciados, produzir documentos, acompanhar processos jurídicos e fortalecer a reivindicação de permanência dos moradores. O diagnóstico socioambiental realizado na comunidade também destaca a importância da continuidade dos estudos e da articulação com políticas públicas para fortalecer a permanência, a autonomia territorial e a cidadania da Comunidade Centenário frente às pressões externas (Frota et al., 2025).

A presença dessas instituições evidencia que a luta da Comunidade Centenário não ocorre de forma isolada. Ela se insere em uma rede mais ampla de defesa dos territórios ribeirinhos amazônicos diante da expansão de grandes empreendimentos econômicos. Nesse contexto, registros, relatórios, diagnósticos e estudos produzidos em parceria com a comunidade tornam-se instrumentos importantes para fundamentar reivindicações e ampliar a proteção territorial.

Em consonância com Fernandes (2005), a resistência da Comunidade Centenário pode ser compreendida como parte da própria conflitualidade territorial. Como discutido anteriormente, a expansão portuária representa a territorialização de agentes econômicos ligados à logística e à circulação de mercadorias. Em contrapartida, a organização dos moradores expressa a resistência à desterritorialização e a defesa de uma territorialidade construída historicamente por meio da moradia, da pesca, da circulação fluvial e das relações comunitárias.

Essa resistência também se aproxima das contribuições de Conceição (2023), ao evidenciar que os povos amazônicos constroem formas de existência e reexistência nos territórios de terras, águas e florestas (TAFs). Para a autora, os povos das TAFs “acabam se recriando socialmente, lutando e resistindo frente às forças coercitivas do capital global” (Conceição, 2023, p. 170). Essa leitura contribui para compreender que a Comunidade Centenário resiste não apenas para manter suas casas, mas para preservar um conjunto de relações com o rio, com a pesca, com a circulação fluvial e com os espaços de convivência que sustentam sua reprodução social.

Nesse sentido, a permanência territorial deve ser compreendida como dimensão política da vida comunitária. Permanecer significa enfrentar pressões econômicas, resistir à fragmentação interna, reivindicar direitos, denunciar precariedades e afirmar a legitimidade de uma territorialidade ribeirinha diante da expansão da lógica portuária. Trata-se, portanto, de uma resistência que se realiza no cotidiano, nas reuniões, nas redes

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1664920

de apoio, nas denúncias e na própria continuidade da presença dos moradores no território.

A Comunidade Centenário revela, assim, que os conflitos territoriais na Amazônia não produzem apenas perdas e ameaças, mas também mobilizações, articulações e formas de organização coletiva. A resistência comunitária constitui elemento central para compreender a permanência dos moradores em um território cada vez mais pressionado por empreendimentos logísticos. Essa dimensão será retomada na seção seguinte, na qual os conflitos identificados serão interpretados à luz do Paradigma da Questão Agrária e do Paradigma do Capitalismo Agrário.

## Os conflitos territoriais da Comunidade Centenário à luz do PQA e do PCA

A realidade da Comunidade Centenário pode ser interpretada a partir da tensão entre o Paradigma do Capitalismo Agrário e o Paradigma da Questão Agrária. Essa leitura não significa afirmar que os moradores elaboram suas experiências diretamente a partir desses paradigmas, mas que os conflitos vivenciados pela comunidade revelam processos que podem ser analisados por meio dessa chave teórica. Desse modo, a expansão portuária em Itacoatiara expressa diferentes formas de compreender o território, o desenvolvimento e a permanência das populações ribeirinhas.

No Paradigma do Capitalismo Agrário, a modernização da infraestrutura, a integração aos mercados e a ampliação da circulação de mercadorias são vistas como desenvolvimento. Ao caracterizar Itacoatiara como “hub logístico”, o registro oral aproxima-se dessa racionalidade, pois apresenta os portos como parte da circulação regional de combustíveis, soja, milho e cargas industriais.

Os relatos dos moradores, porém, mostram outra dimensão: erosão das margens, aumento do banzeiro, riscos à navegação, afastamento dos peixes, redução das áreas de pesca, pressão para venda das casas e insegurança sobre a permanência. Esses impactos aproximam a análise do Paradigma da Questão Agrária, ao revelar as contradições do desenvolvimento capitalista nos territórios atingidos.

Assim, a Comunidade Centenário revela o choque entre duas racionalidades territoriais: a logística, voltada à circulação do capital e das mercadorias, e a comunitária, baseada na permanência, na pesca, na moradia e na relação com o rio. Desse encontro contraditório nasce o conflito territorial, pois a expansão portuária favorece agentes empresariais e fragiliza as condições de vida dos moradores. No caso da Comunidade Centenário, essa formulação permite compreender que a expansão portuária não apenas transforma a paisagem, mas redefine relações de poder, uso e controle do território, beneficiando determinados agentes econômicos e produzindo insegurança para os moradores.

A categoria “conflito das águas”, presente nos registros orais coletivos, amplia a leitura da Questão Agrária na Amazônia. Ela demonstra que os conflitos territoriais não se restringem à disputa pela terra, mas envolvem também rios, igarapés, áreas de pesca, margens, passagens, fluxos aquáticos e condições de circulação. Na Comunidade Centenário, a água é meio de trabalho, fonte de alimento, caminho de deslocamento e dimensão central da vida comunitária.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1664920

Essa perspectiva se aproxima das contribuições de Conceição (2023), ao compreender os Territórios AgriHidroFlorestais Amazônicos como espaços constituídos pela articulação entre terras, águas e florestas. No caso da Comunidade Centenário, a ameaça ao território não atinge apenas as casas, mas também as águas utilizadas para pesca, os caminhos fluviais, as margens do rio e os recursos naturais que sustentam a vida cotidiana.

Portanto, o caso da Comunidade Centenário demonstra que a Questão Agrária na Amazônia contemporânea não se expressa somente em conflitos por lotes, propriedades ou áreas agrícolas. Ela se manifesta também na disputa pelos rios, pelas margens, pela circulação, pela pesca e pelos territórios de vida das populações ribeirinhas. A expansão portuária, ao mesmo tempo em que fortalece a circulação de mercadorias, produz pressões sobre os usos comunitários do território e revela contradições estruturais entre capital, natureza e modos de vida amazônicos.

Dessa forma, a análise à luz do PQA e do PCA permite compreender que a modernização logística não é um processo neutro. Para a racionalidade empresarial, a Comunidade Centenário aparece como área estratégica para a expansão portuária; para os moradores, ela constitui território de vida, memória, trabalho e pertencimento. É nessa contradição que se produzem os conflitos territoriais analisados neste artigo, evidenciando que a permanência ribeirinha se constitui também como forma de resistência diante da territorialização do capital logístico em Itacoatiara.

## Considerações finais

A pesquisa demonstrou que a modernização logística e a expansão portuária em Itacoatiara não se materializam sobre espaços vazios, mas avançam de forma impositiva sobre territórios historicamente apropriados e vividos, como o da Comunidade Centenário. Esse avanço do capital logístico gera tensões profundas que ameaçam diretamente as condições de reprodução social, a moradia e a base alimentar das famílias ribeirinhas, cujas vidas estão intrinsecamente ligadas ao rio Amazonas.

Os resultados obtidos sustentam o pressuposto inicial de que a ampliação das infraestruturas portuárias intensifica as pressões territoriais percebidas pelos moradores da Comunidade Centenário. Contudo, um dos achados mais relevantes do estudo é a constatação de que essas tensões configuram disputas territoriais pelas águas. Essa categoria evidencia que a Questão Agrária na Amazônia contemporânea transcende amplamente a disputa fundiária tradicional, manifestando-se também no controle das águas, no acesso às margens, na viabilidade da circulação fluvial e na preservação das áreas de pesca. A realidade da comunidade reforça a necessidade de compreender o espaço amazônico através da indissociabilidade entre terra, água e floresta.

Ao interpretar esses conflitos pela lente do Paradigma da Questão Agrária (PQA) e do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), evidencia-se o choque entre duas racionalidades irreconciliáveis. Enquanto o projeto logístico-portuário prioriza a fluidez de mercadorias e atende aos interesses de agentes empresariais globais, o projeto comunitário defende a permanência, a subsistência e a identidade ribeirinha. O discurso

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1664920

hegemônico do desenvolvimento e da modernização esconde, portanto, um processo violento de precarização e ameaça de desterritorialização.

Apesar dessas pressões severas, o estudo conclui que os moradores da Comunidade Centenário não são sujeitos passivos. A resistência comunitária, articulada internamente por meio de lideranças locais e externamente através de redes de apoio institucional, demonstra que os povos amazônicos lutam continuamente para recriar suas formas de existência. Nesse contexto de disputa desigual, o simples ato de permanecer no território e manter a relação histórica com o rio e a pesca configura-se como um ato político e uma poderosa resistência contra a territorialização do capital logístico.

## Referências

AMAZONAS. Governo do Estado. **Mensagem do Governador Wilson Lima à Assembleia Legislativa: 2021/2022**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2022. Disponível em: <https://share.google/EyuVAuGzKGcBnBmTW> Acesso 26 de jun. 2026

AMAZONAS. Governo do Estado. **Mensagem do Governador Wilson Lima à Assembleia Legislativa: 2025**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2026. Disponível em: <https://share.google/H7cs2bhgAHclAoxIJ> Acesso 26 de jun. 2026

CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. **Territórios AgriHidroFlorestais em disputas nas Amazôniaas do oeste do Pará: (re)existências dos povos amazônicos das Terras-Águas-Florestas e a invasão do agronegócio**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG). Núcleo de Ciências Exatas e da Terra (NCET). Fundação Universidade Federal de Rondônia, - Porto Velho/Ro, 2023, 318 f.

CRUZ, Manuel de J. M. da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, São Paulo, 2007. 274f.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, - Presidente Prudente: [s.n], 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/handle/123456789/564>

FROTA, Acácio Justino et al. **Diagnóstico Socioambiental: Entre Rios, Portos E Cidade: A Comunidade Centenário E As Injustiças Espaciais No Município De Itacoatiara (Am – Brasil) ...** In: Anais da XII Semana de Geografia da UEA e I Seminário de Pós-Graduação em Geografia: geografia (s) e suas diversidades. Anais...Manaus (AM) UEA, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xii-semana-de-geografia-geografias-e-suas-diversidades-e-i-seminario-de-pesquisa-e-pos-graduacao-em-geografia-515057/1054530-diagnostico-socioambiental--entre-rios-portos-e-cidade--a-comunidade-centenario-e-as-injusticas-espaciais-no-mu/> Acesso em: 29/06/2026



ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1664920

HAESBAERT, Rogério (Org.). **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

OLIVEIRA NETO, Thiago; JESUS, Ana Beatriz Castro de; SILVA, Fredson Bernardino Araújo da. **Modernização do território: o caso da rodovia AM-010 (Manaus–Itacoatiara)**. *Revista GeoAmazônia*, Belém, v. 13, n. 27, p. 24-47, 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. **Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina**. *Polis, Revista Latinoamericana*, v. 11, n. 31, p. 295-332, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. EDUSP. São Paulo, 2006.

## Agradecimentos

Agradecemos ao Núcleo de Pesquisas Urbano e Regional (NPUR/UEA), aos professores da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Thiago Oliveira Neto e Francilene Sales da Conceição pela condução das vivências e aprendizados proporcionados durante a visita de campo realizada nos municípios de Silves, Itapiranga e Itacoatiara.

A experiência em campo possibilitou ampliar nosso olhar sobre as dinâmicas territoriais, sociais, culturais e ambientais da Amazônia, permitindo articular os conhecimentos discutidos em sala de aula com a realidade concreta dos lugares visitados. As orientações, explicações e mediações realizadas pelos professores foram fundamentais para a compreensão dos processos observados ao longo do percurso, contribuindo significativamente para nossa formação acadêmica e para o amadurecimento das reflexões geográficas.

Registramos, portanto, nossa gratidão pela oportunidade de aprendizado, pela dedicação na organização da atividade e pelo compromisso com uma formação crítica, sensível e comprometida com a realidade amazônica.